



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente
Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Secretaria Executiva dos Colegiados

**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HIDRICOS – CONERH**

Aos vinte e oito dias do mês de julho de 2015, realizou-se a 28ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos na sala de reuniões da Secretaria do Planejamento – SEPLAN. Márcia Cristina Telles diretora do Instituto do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos – INEMA suplente da presidência deste Conselho na condição de presidente em exercício fez abertura da reunião, justificou a ausência do secretário e presidente do Conselho Eugênio Spengler. Estiveram presentes Mariana Mascarenhas secretária executiva e coordenadora dos Colegiados Ambientais – SECEX, os conselheiros: Bruno Jardim da Silva e José George dos Santos Silva – INEMA, Fernando Luiz Campos Pereira – SEAGRI, Edelzuita dos Anjos Silva e Fabiana da Cruz Matos – SEPLAN, Paulo Cristina Souza Ribeiro – SESAB, Sergio Tomich Silva – SEDUR, Gertha Merícia Rios Pinheiro de Almeida – PGE, Ricardo Marcelo Alves – UPB, Evilasio da Silva Fraga – GAEB, José Cisino Menezes Lopes – AIBA, Leila Marcia Oliveira – Associação dos Produtores de Florestas Plantadas, Demosthenes Miranda Filho – CETREL, Thiago Hiroshi de Oliveira – EMBASA, Carlos Augusto Pamponet Dantas – PETROBRÁS-BA, Marcelo Thomy Dultra – MINERAÇÃO CARAÍBA, Marcos Gallindo – FIEB, Sergio de Almeida Bastos – COFIC, Rita Barbara Garcez Lima – Associação dos Amigos do Ilê Ale Oya Tola, Claudio Antônio Carilo Magalhães – Associação Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambá, Antônio Puentes Torres – UFBA, Renato dos Santos Andrade – SENGE-BA, Eduardo Henrique Rode – CREA-BA, José Arthur Lemos Passos – ABES, além de outros convidados. A pauta dessa reunião consta os seguintes itens: 1) apreciação e aprovação da ata da 8ª. Reunião extraordinária; 2) renovação dos membros; 3) definição da representação do FERHBA; 4) processo de implementação da Cobrança pelo uso de recursos hídricos; acompanhamento da gestão de recursos hídricos; 5) informes; 6) o que ocorrer. Após constatação de quórum a sessão foi aberta por Márcia Telles colocou a ata da 8ª. Reunião extraordinária a apreciação e aprovação. A conselheira Leila Oliveira sugeriu uma revisão na linha 163; na sua fala cita que a suplência para sociedade civil não era automática, bem como não constou em ata o pedido de reunião de planejamento. Mariana Mascarenhas registrou que fará os reajustes e a ata será reenviada; falou sobre o processo de renovação e apresentou o Edital para escolha dos membros que representarão esse Conselho no próximo Biênio. Feita a leitura do Edital na integra, colocou o cronograma em discussão. Fabiana Matos sugeriu um prazo maior entre o final da inscrição e a análise. Leila Oliveira sugeriu que a inscrição fosse, via internet, ao invés de presencial; perguntou pelo levantamento sobre as ausências sugerido durante a reunião anterior, para que pudesse garantir a convocação das entidades que tem interesse em participar do Conselho. Mariana Mascarenhas informou que foi feito o levantamento, mas para esse Edital terá que manter o que estabelece o Decreto, a

9



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Secretaria Executiva dos Colegiados

40 sugestão poderá servir para alteração. Renato Andrade comentou: o item 4.2) solicita
41 Certificado de Escolaridade com autenticação do MEC. Mariana Mascarenhas
42 esclareceu que essa solicitação é para efeito de emissão da Diária considerando os
43 valores diferenciados, conforme o nível de Escolaridade. Rita Barbara questionou o
44 atraso no recebimento do valor de diária para efeito de deslocamento. Mariana
45 Mascarenhas explicou que existe um prazo interno na Secretaria para garantir o valor a
46 ser depositado em conta, uma vez que o não cumprimento desse prazo dificulta o
47 processo de tramitação, bem como a falta de confirmação da participação com
48 antecedência; tratando-se particularmente da situação da conselheira Rita Barbara
49 existiam comprovantes que foi efetuado os depósitos, porém a interessada deveria
50 verificar o que ocorreu em sua conta junto ao Banco. Feito o ajuste do Calendário de
51 execução do Edital ficou definido: 06/08/2015 - publicar o Edital; 07/08 a 10/09 -
52 inscrição e habilitação para entidades interessadas; 21 a 25/09 - análise das
53 inscrições; 28/09 - divulgação da lista preliminar dos habilitados; 29/09 a 05/10 - prazo
54 para recursos e impugnações; 06 a 08/10 - prazo para defesa; 09 a 14/10 - análise de
55 recursos de impugnação; 16/10 - divulgação final da lista dos habilitados; 17/10 -
56 Assembléia Deliberativa dos Usuários de Recursos Hídricos; 27/10 - Assembléia
57 Deliberativa Municipal; 28/10 - Assembléia Deliberativa das Organizações da
58 Sociedade Civil de Recursos Hídricos; Nomeação e Posse dos membros titulares e
59 suplentes pelo Governador do Estado, a definir. Renato Andrade comentou: o item 7.2)
60 diz: *"que os itens desse Edital poderão sofrer eventuais modificações, atualizações ou*
61 *acréscimos enquanto não consumada a providencia ou evento que lhe disser*
62 *respeito..."* nesse caso entendia que antes de sua publicação caberia alterações.
63 Mariana Mascarenhas esclarece que esse item é exclusivo para garantir a
64 possibilidade de se fazer uma errata, a exemplo da necessidade de uma prorrogação
65 ou alteração de data. Em seguida, o Edital foi aprovado por unanimidade. Passou ao
66 ponto referente à definição da representação do FERFA ficou de substituir o nome do
67 indicado da representação da Universidade. Com relação ao ponto 4), apresentação
68 específica sobre o processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos - Elba Alves
69 coordenadora Ambiental de Instrumentos Econômicos com atribuições junto ao INEMA
70 para implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado da Bahia
71 fala sobre um vício para se fazer um nivelamento conceitual com relação a cobrança,
72 bem como algumas experiências existentes no Brasil, apresentar o que já foi feito e os
73 próximos passos, tanto nos Comitês como no CONERH; propõe trabalhar a cobrança
74 em quatro regiões do Estado como demanda até o final do ano ou até primeiro
75 semestre de 2016; destacou a definição de cobrança como preço público definido no
76 âmbito de Comitê de Bacia na primeira e segunda instância; o CONERH conforme a
77 Lei Estadual de Recursos Hídricos nº 11.612/2009. Citou o arcabouço legal que
78 normatiza a cobrança, um deles é a Resolução que define diretriz e critérios para
79 cobrança no âmbito do CONERH; falou sobre os objetivos da cobrança e os tipos de



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente
Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Secretaria Executiva dos Colegiados

80 uso; explicou a estrutura básica da cobrança. O conselheiro José Cisino alertou para
81 que não se faça coisas muito diferentes da Bacia do Rio São Francisco para evitar criar
82 tarifas muito dispare para os rios que são afluentes. Elba Alves complementou a fala do
83 conselheiro informando que essa cobrança iniciou em 2010; disse que a partir do
84 segundo semestre deste ano, iniciará um processo de revisão dos mecanismos de
85 valores da cobrança da Bacia do Rio São Francisco; falou sobre a destinação de
86 recursos arrecadados e sua aplicação, do arcabouço institucional. O conselheiro Artur
87 Passos questionou com relação à revisão do Rio São Francisco e como o CONERH
88 estaria influenciando, e essa arrecadação será destinada para o Estado da Bahia ou
89 Fundo Nacional? Elba Alves esclareceu que, por existir a dominial idade dos rios
90 Estadual ou da União nesse caso, na Bacia do Rio São Francisco é cobrado na calha
91 do rio, sendo de dominial idade da União quem faz a gestão e arrecadação é a Agência
92 Nacional de Águas – ANA e os recursos são aplicados nos afluentes da Bacia do Rio.
93 O conselheiro Evilásio Fraga pediu esclarecimento comparativo entre Agência de
94 Bacias e Entidade Delegatária considerando o conceito que foi colocado. Elba Alves
95 explicou que Agência de Bacia é um Ente do sistema que desempenha um papel
96 operacional administrativo e executivo do Comitê de Bacia quando esse ente não é
97 criado o Estado através do Comitê, repassa ao CONERH que aprova a criação de uma
98 entidade delegatária, ou seja, é um ente que está delegado a fazer o papel de Agência
99 de Bacia; destacou que os Comitês de Bacias propõem mecanismos de valores ao
100 CONERH que aprecia em caso de aprovação, a SEMA/INEMA tomam ciência, elabora-
101 se uma Resolução que a partir desse momento, acrescido de um Contrato de Gestão
102 de Bacia ou definição, o INEMA faz esse papel e como entidade delegatária já tem os
103 mecanismos necessários para se cobrar. O conselheiro Sergio Bastos fez observações
104 com relação aos 7,5% da água superficial e não subterrânea. Elba Alves passou a
105 explicar os procedimentos da parte financeira. O conselheiro Evilásio Fraga fez
106 observações quanto ao repasse do recurso ao Tesouro considerando a dificuldade
107 para retorno; disse que se faz necessário definir o destino desse recurso, para que de
108 fato vá para uma conta específica do Fundo relacionado à cobrança. José Cisino
109 endossa a preocupação de Evilásio Fraga que por experiência ocorrida no Comitê do
110 São Francisco quando o Tesouro reteve o recurso da Cobrança e alerta ser uma
111 decisão muito importante a ser debatido. Miguel Polino alerta que esse assunto
112 pertence à regulamentação do Fundo que não está regulamentado. Elba Alves informa
113 que o Fundo está regulamentado, falta adequação do mesmo. Elba Alves informou que
114 está sendo discutido com as Diretorias Orçamentária da Sema e Inema juntamente
115 com o Fundo para viabilizar o fluxo financeiro no Estado da Bahia; registrou que a
116 Sema realizou uma reunião com os secretários e representantes das Secretarias de
117 Estado que tem interface com recursos hídricos com a finalidade de viabilizar essas
118 ações com fluxo financeiro e/ou outros entraves que poderiam ocorrer com a cobrança
119 dos recursos hídricos; o resultado dessa reunião foi a criação de Grupo de Trabalho –



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Secretaria Executiva dos Colegiados

120 GT para acompanhar até a implementação da cobrança. A conselheira Maria Cristina
121 questiona se propõe fazer cobrança com valor diferenciado para águas superficiais e
122 subterrâneas, uma vez que as águas subterrâneas têm uma qualidade superior. Elba
123 Alves respondeu que não existe uma prerrogativa legal de diferenciação do preço
124 público e do volume outorgado. Mariana Mascarenhas sugeriu que as perguntas
125 fossem dirigidas ao final da apresentação. Miguel Polino registrou que os Comitês têm
126 perdido grande parte dos membros representantes da Sociedade Civil e dos poderes
127 público municipal, nesse sentido solicita que na composição do GT além da
128 participação do poder público e usuários, possa ter a participação da sociedade civil.
129 Mariana Mascarenhas esclarece que o GT que está sendo instituído tem como objetivo
130 ajustar os trâmites internos operacionais dentro da estrutura do Governo do Estado
131 sem nenhuma interferência no mecanismo de valores. Márcia Telles complementou
132 que o GT não é composto por usuário e sim poder público, para discutir a
133 operacionalidade do sistema, inclusive o INEMA vai precisar se reestruturar junto a
134 Secretaria da Fazenda e os GT's das Secretarias que vão interferir nesse processo.
135 Miguel Polino registra que foi feito um pedido para quando iniciar realmente, essa
136 questão da cobrança, deve ser acompanhado com a entidade que vai ser delegatária,
137 para evitar que no momento da transferência a entidade não vai estar preparada para
138 absorver tudo isso. Elba Alves registrou que existe manifestação com relação à
139 proposta de adesão para fazer o papel de Agência da Bacia nos afluentes do São
140 Francisco; ressaltou que a criação de Agência Delegatária por força legal se faz
141 necessário que 7,5% do total arrecadado na cobrança, pelo uso de recursos hídricos
142 na Bacia Hidrográfica, viabilize financeiramente a criação desse ente ou a delegação,
143 sendo que, prerrogativa legal (Lei 11.612) veta que a arrecadação pela cobrança de
144 água subterrânea seja para custear Agência de Bacia ou entidade delegatária, em
145 resumo, apenas 7,5% da cobrança em água superficial; 100% da cobrança de água
146 subterrânea destina-se a aplicação de ações de recuperação na Bacia Hidrográfica
147 definido pelo Comitê aprovado pelo CONERH através do Plano de Aplicação.
148 Apresentou o panorama da cobrança no Brasil desde 1996 até a situação atual; o
149 montante arrecadado nos rios da União em 2014, desde o início dessa cobrança;
150 informou que no dia anterior ocorreu uma reunião de Câmara Técnica de Cobrança
151 (CTOC) que trabalhou o nivelamento conceitual sobre cobrança, o arcabouço legal
152 institucional e apresentação do processo de elaboração da cobrança. O assunto não foi
153 esgotado, à medida que for trabalhando o processo de modelo de cobrança dessas
154 RPGA do Recôncavo Norte e Ihabupe volta-se ao arcabouço legal até o seu
155 amadurecimento. Informou que foi encaminhada uma reunião da CTOC para o dia 17
156 de agosto para apresentar os tipos de uso nessa RPGA; foi definido que no dia 31 de
157 agosto vai começar a trabalhar os preços públicos unitários; registrou que essa
158 apresentação foi feita no Comitê do Corrente; dia 7 de agosto será realizada uma
159 plenária no Comitê do Paraguaçu que terá como pauta: discussão sobre Seminário



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Secretaria Executiva dos Colegiados

160 com relação ao modelo de Cobrança; no Comitê do grande estar para se definir uma
161 plenária; por fim colocou que os próximos passos propõem trabalhar com a Câmara
162 Técnica de Outorga de Cobrança – CTOC do Conselho para acompanhar o processo
163 de implementação da cobrança nas quatro RPGA's do Estado, além da CTOC tem a
164 CTIL. A conselheira Leila Oliveira pergunta quem poderia receber a cobrança e quem é
165 outorgável e outorgado? Disse que precisaria de um alinhamento conceitual no
166 Conselho para que se possa entender o que está previsto para a Cobrança e qual o
167 papel do CONERH considerando que, atualmente o Conselho mantém-se no discurso
168 de apreciar e aprovar, a exemplo do Plano de Aplicação e destinação dos recursos;
169 questionou que se tenha um entendimento melhor sobre a metodologia colocada diante
170 da definição de alguns critérios metodológicos – a diferença entre as classes;
171 perguntou se os membros do Conselho participariam dessas discussões. O conselheiro
172 Evilásio Fraga solicitou a Secex disponibilizar a parte do Arcabouço Legal aos
173 conselheiros e articular junto à assessoria dos Comitês que estão tratando do assunto
174 sobre Cobrança; comentou que, com relação à questão da Cobrança mostrada
175 referentes aos outorgados e não outorgados sugere verificar se será necessária uma
176 normatização ou a regulamentação da Lei Estadual de Recursos Hídricos para que
177 possa ter esse Arcabouço Legal mais seguro. Comentou que, com relação ao
178 outorgado ou não era uma questão jurídica que precisa esclarecer; questionou se vai
179 ser cobrado na outorga em cima do que está outorgado ou será monitorado e como vai
180 ser esse processo? Sugeriu como ponto de pauta para próxima reunião a participação
181 de um representante da COGEF para falar sobre as questões relacionadas com a
182 destinação do recurso do FERFA. O conselheiro José Cisino externou preocupação
183 com o prazo pré-definido para execução da Cobrança considerando a necessidade de
184 alguns esclarecimentos que o assunto requer; questionou a participação do INEMA na
185 aplicação do recurso, conforme foi colocado; ressaltou que esse não era o momento
186 adequado para lançar a cobrança devido a problemas com custo financeiros altíssimos
187 enfrentados pelo Comitê de Bacia do Rio Grande. O conselheiro Marcos Gallindo
188 comentou que nesse processo é preciso a garantia de que está cumprindo com todos
189 os requisitos legais, importante ter noção do processo de planejamento para se chegar
190 a Cobrança por completo do que está sendo feito, dentro de um tempo que permita os
191 devidos entendimentos, maturação e assimilação das propostas discutidas. Elba Alves
192 responde aos questionamentos: - a Cobrança incide sobre outorgado e outorgável - o
193 que deve ser discutido no âmbito do Comitê e do Conselho é o outorgável para passar
194 a condição de outorgado, para isso foi proposto uma campanha de um Ato Declaratório
195 de uso de recursos hídricos e o INEMA deve se preparar para os novos processos a
196 fim de regularização das outorgas, discutir se será uma cobrança retroativa ou a partir
197 do momento de sua legalização, caso não estabeleça uma Cobrança retroativa estará
198 penalizando quem é outorgado; explicou que se propõe fazer um Ato Declaratório, uma
199 cobrança retroativa a partir do momento que se instala a cobrança do uso, para



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente
Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Secretaria Executiva dos Colegiados

200 àqueles que utilizavam a água sem a regularização, com finalidade de incentivar o
201 outorgável passar a outorgado. O conselheiro Evilásio Fraga questionou, uma vez, o
202 Estado passando a cobrar do outorgável não estaria legitimando um uso no ambiente
203 que não tinha disponibilidade? Elba Alves esclarece que há um estudo de capacidade
204 para autorização de volume. Márcia Telles colocou que a atividade de outorga
205 prescinde o uso de recursos hídricos e regulariza a atividade; sabe-se que muitas
206 pessoas utilizam a água e sequer solicitam ao órgão; a discussão da cobrança, além
207 da regularização da Lei, pressiona as pessoas a tomarem ciência que vão passar pelo
208 processo de cobrança. Com relação à disponibilidade é importante que as pessoas
209 outorgadas, hoje, numa situação de normalidade, não estão cem por cento seguras,
210 com uma situação de escassez poderão ter suas outorgas restritas ou suspensas,
211 muito mais ainda, uma pessoa que está sem outorga; citou que o cadastro de quem
212 usa já está em andamento, através desse cadastro vai identificar situação irregular de
213 uso de recursos hídricos. Bruno Jardim faz observações de quantas situações terão
214 que ser discutidas para pactuar e definir diretrizes de uma política de recursos hídricos.
215 Elba Alves falou com relação ao alinhamento conceitual, a SEMA dispõe do Programa
216 FORMAR que promoverá uma formação sobre o modelo de Cobrança no âmbito do
217 CONERH e Comitês; foi acordado no Comitê do Recôncavo Norte que a SEMA
218 encaminhará um material para orientar as discussões sobre o tema: Cobrança pelo uso
219 de Recursos Hídricos; informou que o papel funcional do CONERH é apreciar, o que
220 consta da Lei 11.612 que propõe ao CONERH os valores e mecanismos da cobrança;
221 o Comitê propõe ao CONERH a apreciação do Plano de Aplicação dos recursos da
222 cobrança que é elaborado pela Agência de Bacia ou Entidade Delegatária; o Comitê
223 aprecia aprovado propõe apreciação ao CONERH; esse plano é anual e constitui de
224 ações que serão feitas na Bacia durante o ano com recurso da cobrança; disse que em
225 sua opinião, prioritariamente, quem define é o CONERH porque aprova o Plano de
226 Aplicação dos recursos da cobrança elaborado pelo Comitê em segunda instância
227 recursal, justifica porque esse plano não fica apenas no âmbito do Comitê; ressaltou
228 que a proposta é que membros representantes da Câmara Técnica de Outorga e
229 Cobranças (CTOC) possam acompanhar os Comitês de Bacias, especificamente
230 através das Câmaras Técnicas ou dos Grupos de Trabalhos, considerando que essas
231 discussões ocorrerão primeiramente nesses espaços. O conselheiro Bruno Jardim
232 destacou a necessidade de uma melhor preparação para saber utilizar bem o recurso
233 arrecadado. Elba Alves informou que foi apresentado ao Comitê do Recôncavo Norte
234 Inhambupe as etapas de implementação da cobrança e julgaram não ser necessário
235 fechar o calendário; coloca aos conselheiros somente os que foram aprovados no
236 âmbito do Comitê, inclusive um Programa de simulação chamado DIGICOP da Agência
237 Nacional de Águas (ANA) que, ao inserir a vazão outorgada calcula o valor a ser
238 cobrado e o impacto sobre os custos de produção; disse que esse programa será
239 adequado para ser utilizado no Estado da Bahia. Márcia Telles falou sobre a estrutura



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente
Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Secretaria Executiva dos Colegiados

240 que o INEMA vai precisar montar para esse processo. O conselheiro Antônio Puentes
241 Torres representante da UFBA comentou que cobrança e outorga depende muito do
242 monitoramento e questiona como se dará essa cobrança nas regiões que não existe
243 monitoramento. O conselheiro José Cisino enfatizou que, com essa demanda a
244 Câmara de Cobrança deve passar a funcionar imediatamente. Elba Alves colocou que
245 a proposta do Estado é incentivar a colocação de medidores de vazão para fins de
246 qualificar a cobrança e a outorga, além de está no bojo de fortalecimento institucional
247 do INEMA para poder incorporar o processo de cobrança, o órgão fará o papel de
248 Agência de Bacia e terá que se reestruturar para desempenhar mais essa função;
249 esclareceu que a ANA injetou recurso para poder rodar a Agência de Bacia, por conta
250 disso será necessário injetar recurso na Agência Peixe Vivo e também o INEMA deverá
251 manter uma reserva para poder gerar sua função de Agência de Bacia como Entidade
252 Delegatária. Foi definida a data de 13 de agosto para realizar a reunião da
253 CTOC/CONERH. O conselheiro Bruno Jardim propôs apresentar ao plenário a
254 proposta de mudança do Projeto de Lei Nacional de Água – 9.433. No turno vespertino
255 dando continuidade à pauta de reunião, na qual Bruno Jardim abordou o assunto
256 referente à avaliação do PROGESTÃO (Programa desenvolvido pela ANA)
257 apresentado durante a reunião anterior, teve como sugestão sistematizar um
258 procedimento para acompanhar a evolução desse programa; esclareceu a plenária o
259 significado do programa afirmando que cada Estado se avalia a partir do momento em
260 que se encontram, com quatro metas variáveis a serem cumpridas tais como:
261 institucionais e de articulação social, de planejamento, informação e suporte,
262 operacionais, que uma vez cumpridas recebem recursos diante de sua capacidade de
263 execução. O Conselho classificou a Bahia no nível C, as metas deverão ser cumpridas
264 ao longo de cinco anos, apresentar anualmente uma prestação de contas do que foi
265 feito para encaminhar a Brasília. Apresentou quadros demonstrativos que caracterizam
266 o processo de definição de metas e como estabelecer níveis de exigências para chegar
267 às variáveis. Falou sobre a questão da necessidade de um Plano Estadual de
268 Recursos Hídricos atualizado, que possa permitir ter indicadores dos aspectos
269 hidrológicos de qualidade das águas, das demandas e da governança. Em sua opinião
270 como instrumento de gestão, ao invés de um Plano faria um Processo de
271 planejamento; falou da importância de se pensar a questão da função da água.
272 Concluiu dizendo que apresentou perguntas e reflexões para o sistema, e, acredita que
273 a proposta do Conselho de começar a exercer seu papel, de analisar em cima de um
274 exemplo do PROGESTÃO adaptada as questões atuais, acompanhar e ajudar a
275 implementar uma política de recursos hídricos que possa maximizar a função social da
276 água. Mariana Mascarenhas passa a palavra Leila Oliveira que agradeceu e colocou
277 que era uma oportunidade de refletir vários temas, se apropriar e sistematizar essas
278 discussões. Eduardo Rode falou que em sua opinião o Conselho não está funcionando
279 como deveria e cita que o mesmo tem uma função política; disse que falta um pouco de

6



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Secretaria Executiva dos Colegiados

280 transparência, acesso a informações com relação aos recursos do Fundo e aplicação
281 durante o ano de 2014; resultado do programa de monitoramento, qual era meta, e se
282 foi cumprida? Falou-se que tem sérios problemas com instrumento cartográfico,
283 considerando que muitos rios do Estado da Bahia não estão cadastrados, não aparece
284 na plataforma digital, como gerir um recurso não conhecido, precisa avançar a Escala
285 de um para cem mil para uma Escala de vinte e cinco mil, precisa atualizar base
286 cartográfica, é preciso cadastrar as nascentes, investir em monitoramento, ter dados
287 históricos. Márcia Telles respondeu aos questionamentos entendendo a total
288 importância da figura política, mas existe as representações SEMA/INEMA que antes
289 mesmo dessas discussões na plenária foi iniciada na SEMA para que fosse colocada
290 as discussões sobre Cobrança neste Colegiado, a Secretaria como definidora da
291 política e diretrizes de recursos hídricos e o INEMA como entidade executora, os
292 gestores, teve uma conversa muito clara, inclusive atuando como entidade delegatória,
293 como a substituição de agências, foi colocado ao secretário de forma objetiva e o
294 mesmo sabe exatamente quais serão as estruturas necessárias; colocou que já
295 vivenciou outras situações de aportar para o INEMA algumas atividades que
296 sobrecarregam, que estão além das ações finalísticas do órgão – o secretário tem total
297 consciência e disposição a saber o que exatamente tem que buscar. Mariana
298 Mascarenhas informou que ocorreram três reuniões anteriores a essa reunião
299 ordinária, durante esta reunião, o Conselho precisava definir qual a forma de fazer o
300 acompanhamento diante de tudo que foi exposto. O conselheiro Eduardo Rode pediu
301 informações sobre o que foi contemplado para a SEMA na área de recursos hídricos e
302 o que está previsto no Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio. A conselheira
303 Edelzuita dos Anjos colocou que o PPA se encontra num processo de análise das
304 propostas das Secretarias compatibilizando com as demandas da escuta social, a partir
305 do que foi colocado para execução nesse quadriênio, verificando em que aspecto está
306 sendo atendido; afirmou que dentro dos Territórios existem muitas demandas sobre
307 recursos hídricos. Leila Oliveira ratificou a necessidade de compreender o papel do
308 Conselho com relação ao modelo de CO-GESTÃO – o que significa? Disse que não
309 recebeu as temáticas para discussão; ressaltou que dentro das escutas sociais o que
310 mais emergiu foi agricultura e água, o Conselho não participou das discussões; colocou
311 que até o momento a Federação da Agricultura não foi ouvida com relação ao PPA. A
312 conselheira Edelzuita dos Anjos replicou que a Secretaria do Planejamento realizou
313 reuniões para discutir as políticas setoriais, com diversas Federações e segmentos –
314 não saberia informar qual o conteúdo abordado. Sergio Bastos colocou a necessidade
315 de entender cada região, quais são as prioridades e conhecer um pouco do que está se
316 falando. O conselheiro José Cisino disse que o Estado não apoderou os Conselhos
317 como deveria para cumprir o papel de contribuir. Mariana Mascarenhas agradeceu as
318 falas e ratificou que foram colocadas o que se quer fazer e o que não foi feito até hoje,
319 então lançou a pergunta como o CONERH precisa se alimentar de informações, como



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Secretaria Executiva dos Colegiados

320 buscá-las e que tipo de informação é importante para que o Conselho cumpra o seu
321 papel, deve se pensar, registrar para poder sistematizar nos grupos e apresentar.
322 Bruno Jardim sugeriu elaborar metas em curto prazo, para que possa ser alcançada;
323 montar um calendário para acompanhar o processo de cobrança; propôs apresentar na
324 próxima reunião ordinária o que existe de conhecimento do Zoneamento Ecológico
325 Econômico (ZEE) sobre recursos hídricos no Estado depois discutir alguns temas
326 apontados. Sergio Bastos colocou que a SEMA e SIRH são as Secretarias que mais se
327 envolvem com a questão de recursos hídricos e durante uma reunião na Federação foi
328 falado tudo que estão fazendo e colocaram suas dificuldades, foi extraído seis pontos
329 importantes, dentre eles as perdas das concessionárias, outro item seria quais as obras
330 de infraestrutura para os próximos quarenta anos, como prioridade a alteração da Lei
331 de Recursos Hídricos e Planos de Bacias. A conselheira Leila Oliveira sugeriu elaborar
332 um planejamento de execução das atividades. Mariana Mascarenhas registrou que a
333 CTIL vai se reunir para tratar das alterações do Regimento Interno, propunha convocar
334 uma reunião extraordinária para continuar essas discussões e seguir com as
335 discussões sobre Cobrança; informou que a CTOC se reunirá no dia 13 de agosto,
336 podendo se dar através da CTPP (políticas públicas programas e projetos) ou criar um
337 GT (Grupo de Trabalho); sugeriu que os conselheiros enviem contribuições para
338 SECEX a fim de que a mesma sistematize. Maria Cristina faz um apelo ao Conselho
339 quanto à questão da qualidade dos mananciais de abastecimento de água na Região
340 Metropolitana e Pedra do Cavalo com a quantidade de ciano bactérias extrapolando em
341 muito, o que estabelece a Resolução CONAMA de cem mil células, classe três, por ml
342 de água; informou que já passa de milhões, estando na eminência de um problema de
343 saúde pública, dados fornecidos, mensalmente, pela EMBASA; disse que se trata de
344 mananciais não recomendáveis para o abastecimento humano – solicita ao Conselho
345 que intervenha em nível de governo para que tome uma providência em relação a essa
346 situação, procurando evitar uma calamidade pública; disse que já foi encontrado célula
347 toxinas na água. Márcia Telles diz que essa é uma questão de meio ambiente e
348 saneamento básico, considerando que legalmente a EMBASA tem a obrigação de
349 monitorar na condição de licença de outorga. Mariana Mascarenhas sugere que o
350 assunto possa ser discutido em pauta específica. Passou a palavra a Tiago
351 representante da EMBASA - falou que o assunto colocado tem preocupado em muito a
352 EMBASA; diz que no primeiro momento não traz riscos diretamente a saúde nem
353 efeitos negativos, mesmo que está sendo colocado que a água captada pela EMBASA
354 está fora do padrão teórico e até a cobrança vai colocar essa situação, a EMBASA
355 talvez, seja uma das maiores pagadoras; informou que serão disponibilizados recursos
356 para ações de Bacias; reconhece que é um ponto muito crítico os mananciais do
357 Estado em vias de regras, todos degradados, o tratamento da água está cada vez mais
358 difícil, é preciso estabelecer uma linha prioritária para aplicação dos recursos
359 destinados as ações. Mariana Mascarenhas propôs criar um grupo de trabalho para



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Secretaria Executiva dos Colegiados

acompanhamento a gestão de monitoramento, farão parte desse grupo: Bruno Jardim, Antônio Puentes, Leila Oliveira, Sergio Bastos, Eduardo Rode, além da participação da Saúde, EMBASA, INEMA e SEMA; explicou que esse grupo deve tentar orientar ao Conselho que direção tomar. O produto deverá ser enviado a SECEX para circular entre os membros dentro do prazo até final de setembro. A primeira reunião do grupo ficou marcada para o dia 11 de agosto, às 13 horas, na SEMA. Passou para o que ocorrer: Bruno Jardim registrou o link no site do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no qual consta todo material e estudos feitos pela Câmara dos Deputados referente ao Projeto de Lei 9.433 – síntese das principais propostas; sugere conhecer essas propostas. Eduardo Rode chamou a atenção sobre o FERHBA e a proposta do recurso passar pelo Tesouro, se referiu ao citado que esse recurso deveria ser gasto até o final do ano; ressaltou que há três anos chegou-se à conclusão que o Fundo teria ser patrimonial e sua execução não se encerraria no final do ano; afirmou que perde o controle do recurso se for destinado ao Tesouro; sugeriu que os representantes do Conselho no FERHBA devem discutir e acompanhar o assunto; solicitou uma apresentação do Balancete do Fundo. Mariana Mascarenhas informou que estava prevista para próxima pauta da reunião ordinária uma apresentação pela Coordenação dos Fundos (COGEF) com a participação de um preposto do financeiro para explicar os trâmites desse processo. Sem mais nada a ser acrescentado, a reunião foi encerrada às 16h30, e esta ata após aprovada será assinada por todos os membros presentes nessa reunião.

Presidente em exercício: Márcia Cristina Telles de Araújo Guedes

Membros:

Antonio Puentes Torres – UFBA

Bruno Jardim da Silva – INEMA

Carlos Augusto Pamponet Dantas – PETROBRÁS-BA

Claudio Antonio Carilo Magalhães – Assoc. Cultural e Amb. dos Indios Tupinambá

Demosthenes Miranda Filho – CETREL

Edelzuita dos Anjos Silva – SEPLAN

Eduardo Henrique Rode – CREA-BA

Evilásio da Silva Fraga – FAEB

Fabiana da Cruz Matos – SEPLAN

Fernando Luiz Campos Pereira – SEAGRI

Gertha Merícia Rios Pinheiro de Almeida – PGE

José Arthur Lemos Passos – ABES

José Cisino Menezes Lopes – AIBA

José George dos Santos Silva – INEMA

Leila Marcia Oliveira – APAFP

Marcelo Thomy Dutra – Mineração Caraíba

Marcos Gallindo – FIEB

Mariana Mascarenhas - SEMA

Paulo Cristina Souza Ribeiro – SESAB



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Secretaria Executiva dos Colegiados

- 402 Renato dos Santos Andrade – SENGE-BA
403 Ricardo Marcelo Alves – UPB
404 Rita Barbara Garce Lima – Assoc.dos Amigos do Ilê Ale Oya Tola
405 Sergio de Almeida Bastos – COFIC
406 Sergio Tomich Silva – SEDUR
407 Thiago Hiroshi de Oliveira – EMBASA
408
409

410
411
412
413
414
415
416
417

Mascarenhas

Mariana Stefanelli Mascarenhas

Secretária Executiva do CONERH

ES

Eugênio Spengler

Presidente do CONERH